

A BANANA QUE O DIABO AMASSOU:
UMA FRUTA QUE SOUBE BEM ÀS
FIGURAÇÕES DOS PROJETOS IMPERIAIS?

A BANANA QUE O DIABO AMASSOU:
AN APPETIZING FRUIT TO THE FIGURATIONS
OF THE IMPERIAL PROJECTS?

KARINA HELENA RAMOS¹

¹ Investigadora do Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto (CEAUP)

Resumo: Inspirado pela análise ricoeuriana acerca do mundo narrativo e esteado nas ponderações teóricas dos intelectuais dedicados aos Estudos Culturais em perspectiva pós-colonial, o presente artigo visa, ao interconectar discursos construídos por diferentes campos do saber colonial, demonstrar em que medida as figurações em torno das bananas serviram aos projetos imperiais.

Palavras-chave: colonialismos, discursos, bananas, alimentação.

Abstract: Inspired by the Ricoeurian analysis of the narrative world and based on the theoretical considerations of intellectuals dedicated to Cultural Studies from a post-colonial perspective, this article aims, by interconnecting discourses constructed by different fields of colonial knowledge, to demonstrate to what extent the figurations around bananas served imperial projects.

Keywords: colonialisms, discourses, bananas, food.

1 A DIFERENÇA DAS ESPÉCIES

[...] Muita gente persiste em comprar bananas mal maduras, como as famosas “Fyffe” que até há pouco tempo inundavam o mercado francês e que os coloniais classificavam de “banana de porcos” – a banana-pão que os indígenas cozem ou assam e que substitue o inhame ou a mandioca. Felizmente, neste ponto de vista, o paladar francês mudou: essa banana neutra, sêca, sem sabor voltou à sua origem e nós hoje temos as melhores frutas das nossas colônias, com o seu sabor, o seu gosto particular, as suas características; os coloniais sabem diferenciar as bananas das Antilhas das da Costa de África e, ainda mais, reconhecer a diferença das espécies (Boletim Geral das Colônias, XVI, n.º 180, junho de 1940, p. 125).

Publicado no *Boletim Geral das Colônias* – espaço oficial para promoção das ações coloniais portuguesas ou, nos termos do periódico, do *património colonial* –, o trecho em destaque compõe uma reportagem intitulada *Um alimento de guerra: a banana*. Localizada na seção estrangeira, páginas antes de uma matéria sobre os benefícios nutricionais do abacate, a reportagem havia sido publicada originalmente no *La France Exterieur et Coloniale*, um periódico que, tal como o *Boletim Geral das Colônias*, servia para promover as realizações coloniais coordenadas pela França, em especial, aquelas relacionadas com a geografia colonial (CLERC, 2017, p. 6). Ademais do exposto, constava nas linhas finais que as tropas negras

que estavam na França poderiam, a partir de então, encontrar um “fruto nacional” e as tropas brancas, por sua vez, teriam “ao ser dispor, leve, limpo e sólido, *sempre em estado de ser comido*, a toda hora, sem qualquer trabalho, um alimento reconfortante, indiscutivelmente nutritivo”.

O que a imprensa colonial informava era que, em um lugar que não se pode precisar qual, *muita gente*, que tampouco poderíamos definir quem, até *há pouco tempo*, igualmente outra medida imprecisa, persistia em consumir bananas em estágio inicial de maturação que, por metonímia, eram chamadas de *Fyffe*. Naquele mundo, ainda, as bananas eram reconhecidas pelos coloniais como “banana de porcos” porque, dentro daquele cenário e de forma acertada, elas seriam as mesmas bananas mais consumidas por uma determinada categoria social, os “indígenas”, estes que necessariamente as consumiam assadas ou cozidas para substituir o inhame e a mandioca em suas refeições. Essas informações, que tanto compõem o mundo já figurado quanto fazem enervar as ranhuras da intriga, dilatam o espaço criativo para a passagem triunfal da reviravolta: o paladar francês, feliz e subitamente, havia mudado, novo sentido gustativo que garantiria a reordenação dos gostos e o devido retorno da banana insossa à sua origem.

Se atentos ao título e à data de veiculação da reportagem, nota-se que o contexto era belicoso. De fato, àquela altura a banana era um alimento de trinchei-

ras-margens, só que também em diferentes guerras-mundos e há muito tempo. Desde o século XIX a fruta havia sido considerada uma commodity e, decerto também pelas relações de proximidade com o Caribe continental e insular, nos anos 1920 ela se tornou a ponta de lança da companhia estadunidense *United Fruits*, uma potência no processo de industrialização da agricultura (CHAPMAN, 2007; COLBY, 2011). No entanto, ela não teria, repentina e efusivamente, se tornado tão recomendada sem a pressão dos interesses políticos e econômicos das potências imperiais. Muito embora a literatura sobre a relação entre consumo e produção de alimentos ao longo e a partir da Segunda Guerra seja vasta, é ínfima a parcela que atenta para as inflexões sobre o continente africano (SAMASUWO, 2003; TEMBO, 2016). Ao se abordar os filamentos das bananas nessa guerra, grande parte da literatura dedica-se exclusivamente às relações imperiais da indústria estadunidense e suas conexões com os regimes ditatoriais sul-americanos, nomeadamente os reconhecidos como *República de bananas* (MOXHAM, 2004).

Alargando nova senda uma vez que prestigia o reflexo local no antigo Camarões francês e britânico, a análise de Barbara Heinzen (1984) sobre a atuação da multinacional *United Fruits* auxilia na recuperação da historicidade que ordena a tessitura da intriga presente na reportagem da imprensa colonial francesa em torno da “muita gente” que consumia as “famo-

sas *Fyffe*". Desde os anos 1920, a *Fyffe* era a subsidiária britânica da United Fruits, ao lado – mas não tão ao lado assim – da subsidiária francesa *La Compagnie des Bananes*, respectivamente detidas sobre a produção no Camarões britânico e francês. *Grosso modo*, entre os anos 1920 e 1940, as atadas e desatadas relações de força e as disputas por mercados bananeiros entre as potências britânica e francesa em território camaronês – que implicavam na negociação com pequenos produtores locais cooperativados – foram atravessadas por fenômenos verticais que se interconectaram, temperando as políticas coloniais e projetos imperiais de cada uma das potências envolvidas.

Um dos fios verticais tencionados foi o impacto ocasionado pela devastação das plantações de bananas pela doença do Panamá², perante a qual a agricultura industrial sob regência dos Estados Unidos apostou no cultivo da variedade *Cavendish* posto que mais resistente ao fungo, impondo-a, a partir de então, aos seus parceiros. A subsidiária francesa da *United Fruits* avançou em consonância com a decisão, entretanto, a britânica *Fyffe* retraiu. Insistente na produção e comercialização de outra variedade, outrossim porque cerceada pelos confrontos bélicos à beira das plantações, a *Fyffe* perdeu mercado em concorrência com *La Compagnie des Bananes*. Diante do exposto, não é fortuito que a associação explícita da *Fyffe* com

2 Também pode ser encontrado como “mal do Panamá”, trata-se de uma doença endêmica provocada por um fungo. Sobre o impacto das pragas nas plantações bananeiras, consultar Heinzen (1984).

um produto de má qualidade, mal amadurecido e associado ao consumo indígena tenha sido anunciada pela imprensa colonial francesa que, entrelinhas, notabilizava o consumo de bananas pelos americanos, seus parceiros comerciais àquela altura.

Por mais intrigante que seja, o exposto ilustra o bastidor da narrativa, dissimulado pela possibilidade criadora da intriga porque conveniente à mudança feliz e repentina do paladar francês. Ao se considerar a natureza da fonte, deve-se salientar que a intriga é alimentada pelos interesses particulares das firmas e indústrias envolvidas com a produção alimentícia não somente na França, mas também em Portugal e que mantinham, majoritariamente, íntimas relações com as imprensas coloniais (BOSSLET, 2014). Nesse sentido, irrefutável que o encadeamento das ações intencionava revelar a reconfiguração de um vivido – ou degustado – que mais corresponde àquilo que poderia acontecer do que, de fato, àquilo que ocorreu. De uma forma ou de outra, ainda mais implícito do que a disputa por mercados e territórios, está aquilo que sustenta o desenvolvimento da intriga de forma deveras infiltrado, ao mesmo tempo, explicitado na primeira oração da reportagem. Nos referimos à transposição metafórica que com cadência associativa aproxima a banana-pão, da “banana de porcos” e dos “indígenas”.

Essa transposição, que demarca a interdependência entre os elementos pré-figurados e o portal

imaginativo da narrativa (RICOEUR, 2010), se esteia em uma das características basilares dos sistemas de dominação colonial. Sem exceção, todos os colonialismos apresentaram específicos sistemas de classificação social cujas categorias foram forjadas pelo pensamento eurocêntrico. As análises dos estudos pós-coloniais e decoloniais, cujos resultados são fundamentais para a compreensão da epistemologia eurocêntrica, nos permitem reiterar a perspectiva dual e evolucionista como núcleos desse pensamento que, a depender de conjunturas específicas, divergia em díades variáveis. Contudo e sem exceção, sabiam bem às estratégias de controle que, tanto concretas quanto simbólicas, visavam fundamentalmente diferenciar, hierarquizar e, por conseguinte, constranger direitos e recursos como forma de garantir o domínio colonial (CANDIDO; RODRIGUES, 2018).

Essas categorias foram instituídas por meio das ossaturas jurídicas das políticas de gestão dos sistemas coloniais, consolidadas em torno dos anos 1920. Por ora isentando-nos de recuperar as dobraduras ideológicas, a política de assimilação, dogma que regia a colonização francesa e portuguesa, preconizava a gradual incorporação dos africanos à civilização europeia. Consonante os termos aplicados, *grosso modo*, em seu estado inicial de *evolução* os locais eram classificados como *indígenas/indigène*, isto é, um *status* social aquém da civilização europeia. Ao passo que contemplassem os critérios sociais estabelecidos pelas

ossaturas jurídicas, os africanos, *a priori*, adquiriam o *status* de *assimilados* ou *évolué*, *status* que indicava uma relativa ascensão social, mas que, em função do caráter racial que fundamenta o pensamento eurocêntrico, não funcionaria jamais como sinônimo ou garantia de uma cidadania efetivamente europeia. Para além do fato, atestado pela historiografia, de ter sido um *status* deveras pouco alcançado pelos africanos em função dos incontáveis mecanismos e critérios seletivos que, estrategicamente, limitavam a sua obtenção (BENDER, 1980; CASTELO, 2011).

Observadas pela lente racial, refração que legitima a percepção imaginativa de toda a empreitada colonial, as práticas culturais endógenas dos africanos, assim sendo, eram automaticamente classificadas como comportamentos não civilizados, isto é, *indígenas*. Ao que nos interessa, é digno de grifo recobrar a desumanização simbólica encetada pelos sistemas de classificação social dos colonialismos imersos em um mais profundo “delírio da modernidade” (MBEMBE, 2017, p. 16). Dada o pressuposto racial basilar, o negro era naturalmente incapaz de superar sua animalidade, consistindo e sendo reconhecido a partir de suas práticas que, necessária e estrategicamente, serviam como substrato para a conformação dos simulacros. Tendo-se em mente esse procedimento de zoomorfização e sua relação com aquilo que se queria ver, compreende-se a transposição metafórica trazida pelas linhas iniciais da narrativa imperial: a associa-

ção por semelhança entre “porcos”, “indígenas” e a banana-pão, essa que, segundo o olhar-gosto imperial, era a consumida pelos africanos, logo, era lida como uma “banana indígena”, inferior.

Conquanto a institucionalização da diferença social e conseqüente transferência dessa inferioridade para os elementos da cultura material e imaterial dos africanos por meio de estatuto jurídico explique a transposição, o que catalisa rigorosamente a diferença é tanto mais a associação com o consumo indígena, em especial a forma de se ingerir a banana, quanto o detalhamento sobre as características sensoriais das bananas. A insistente redundância, ou ainda, a escolha no emprego de determinadas palavras para demarcar as características de uma banana (mal amadurecida, neutra, seca e sem sabor) em comparação a outra (leve, limpa, sólida, sempre em estado de ser comida, sem trabalho, reconfortante e indiscutivelmente nutritiva) não se limita a um recurso de propaganda, o que em absoluto nega a relação entre a forma-conteúdo com a pretensão de se fazer circular no mercado colonial um produto e não mais outro. Reside nessa composição, por meio da linguagem, tanto a gênese de um projeto ideológico quanto a evidência da longa duração de uma suposta sensação gustativa construída pela língua imperial.

2 A MUSA VIL

O trabalho realizado por Manuel de Paz-Sánchez (2014), ao se embrenhar pelos ramos bananeiros, ilumina pontos fundamentais acerca da construção da fisiologia do gosto imperial. Embora para Paz-Sánchez a questão seja secundária, no retraçar dos deslocamentos atlânticos dos biótipos de banana a partir do século XVI, o autor identificou o início do processo de classificação taxonômica das plantas, exercício de poder-saber realizado por uma gama ampliada de homens europeus pertencentes a diferentes campos do conhecimento e de variadas nacionalidades, catalogação construída que compreende três séculos de cruzos atlânticos. Dentre as páginas do saber colonial, destaca-se o trabalho do botânico sueco Carl Linnaeus, especialmente porque considerado como *pai da taxonomia moderna*, talvez, dada a perenidade das suas colocações ao longo do tempo. Por meio de observação, Linnaeus instaurou no ano de 1763 uma classificação binária para identificar as variedades de bananas. Adverte-se que a classificação, deveras centrada na materialidade das espécies, teve como ponto de partida as experiências e convivências nas Ilhas Canárias, primeiro território para transposição dos biótipos e importante local de um encontro colonial que possibilitou o contato com as populações escravizadas.

No assentamento científico desse reconhecimento, convencionou-se que havia duas espécies: a *Musa Paradisiaca* e a *Musa Sapientum*. Não se pode deixar de mencionar que as denominações científicas, como demonstrado por Paz-Sánchez, apresentaram variações em virtude do cruzamento e conseqüente multiplicação dos biótipos, no entanto, elas não alteraram a episteme da díade de Linnaeus. *Grosso modo*, haja vista a abundância de hidratos de carbono, a *Musa Paradisiaca* não foi considerada como uma fruta e sim como um vegetal que poderia ser ingerido apenas aquando de estar bem amadurecido, não obstante, ser primeiramente assado ou cozido – recomendação cuja intransigência é inquestionável e replicada pela reportagem da imprensa colonial francesa séculos depois. Já a *Musa Sapientum*, que compreendia uma gama de subordinadas, foi lida como fruta haja vista a textura mais leve e adocicada. A *Paradisiaca*, porque supostamente trazida da Costa da África e identificada como a mais consumida pelos africanos escravizados, foi reconhecida em um primeiro momento como *plátano da Guínea*, denominação que percorreu séculos e obras variadas.

Ao discorrer sobre o processo inicial de denominação do fruto, Paz-Sánchez (2014, p. 67) assevera que:

Nobody called the cane (*Saccharum officinarum*), cane of the East, of Sicily, of Spain, of Madeira or of the Canaries, though of course there are different variet-

ies, since it was always known as sweet cane or sugarcane; white, unique and shining as a Roman goddess. The plantain and the banana needed a gentile name to be recognized and differentiated, since, depending on the circumstances, they became viand (cooking banana) or smiling fruit, but its clusters are always bended towards the ground *as if they recognize their humble origins*.

Ante o exposto, a denominação como *plátano da Guiné* instituída ao longo do tráfego e tráfico de africanos escravizados é produto de uma figuração colonial, conforme aferido por Ivana Stolze Lima (2021, p. 145), logo, de forma inegável um constructo intelectual cognitivo das percepções imperiais sobre o Outro. A partir do aprofundamento na taxonomia, a análise do *corpus documental* realizada por Paz-Sánchez nos permite sublinhar que, primeiro, o termo espanhol *plátano*, tal como o *plantain* em francês, carrega nominalmente a ideia de uma banana-vegetal e que, segundo, muito embora a denominação gentílica tenha sido suprimida no decurso do tempo, a definição tida como clássica – posto que legitimada por termos técnicos da botânica –, não se dissociou epistemologicamente do encontro colonial que garantiu aos especialistas a observância dos modos de comer africanos. Sem o devido zelo analítico, mas com uma percepção curiosa, Paz Sánchez (2014, p. 66) comenta que:

No debió ser muy difícil identificar ciertos tipos de mu-sáceas con el nombre de guineo o plátano de Guinea, porque, en efecto, eran los preferidos de los esclavos, resultaban nutritivos, versátiles e intensamente familiares y, por lo tanto, con un potente valor identitario.

Temporariamente suspendendo os elogios conferidos pelo autor à fruta e a naturalidade com a qual comenta sobre a relação gentio-banana, esse procedimento classificatório, que coincide com a expansão marítima e comercial europeia, indubitavelmente corresponde à necessidade imperial de projeção hierárquica do mundo (NOA apud CHAVES, 2021, p. 21), sombreamento que, ainda segundo Noa, possibilitou a construção de uma alteridade geográfica – cuja distância é espalmada pela imprensa colonial francesa quando, de um lado, opõe as Antilhas da Costa da África e, de outro, constrói alteridade até nas trincheiras. Essa sombra, de forma fundamental e nas palavras de Rita Chaves, é marca irrefutável de uma “prática de poder determinante” deliberadamente exercida de maneira unilateral pelo saber colonial. Assim, o repertório edificado pelos especialistas, viajantes e missionários europeus foi construtor de imagens sobre o Outro, fenômeno que Edward Said (2001) conceituou como Orientalismo: *grosso modo*, um sistema de conhecimento fechado sobre o Outro, cujo investimento é produto de um acúmulo de conhecimentos cruzados que se retroalimentam e se

atualizam no tempo-vontade de determinar e hierarquizar alteridades.

Todo esse investimento secular de conhecimentos forjados pelo poder imperial, uma vez que assume variadas formas – e talvez por essa razão o conceito de Said recobre potência dada a flexibilidade – não se limita a um campo do saber. Muito pelo contrário, por tamanha dimensão e compartimentos, é um lugar, imagem oportuna para convidar o conceito de *biblioteca colonial* cunhado por Valentin-Yves Mudimbe (2013). Assim sendo, portanto, o procedimento de classificação das bananas é, sob a forma de sistematização da fauna e flora da terra do além-Europa, parte integrante do desejo colonial de submissão geográfica ou de se engolir o mundo, conduta que é senão:

um ato de autoridade que faculta ao nomeador um poder simbólico que se vai instituir como concreto, quer dizer, nomear esse espaço outro é de algum modo fazer assomar uma alteridade problemática porque não está centrada na diversidade mas na desigualdade da relação que envolve gentes, terras, línguas, patrimônios culturais (CHAVES, 2021, p. 22).

Temperando o exposto, é notável a persistência desse poder-saber-sabor no tombar sobre, especificamente, a materialidade e conseqüente forma determinante de consumo da *Musa Paradisiaca*. Como salientado por Chaves, não se tratava apenas de reconhecer a diversidade, mas de instaurar uma dife-

rença com fins de hierarquização: essa musa, uma vez supostamente de preferência dos africanos escravizados, era tida como neutra, seca e sem sabor, tal como a terra-ser-corpo negro, e deveria, sempre que possível, voltar a sua origem humilde, incitação de retorno presente, quer na reportagem quer nas palavras de Paz-Sánchez. É importante grifar que não se pretende anular a percepção sensorial da materialidade das espécies de banana como elemento para construção de uma classificação botânica. Entretanto, o poder de nomear é único e exclusivo do europeu, ou de forma mais explícita, o “poder de manifestar sensações” (CHAVES, 2021, p. 22) – no caso, o gustativo – é conferido ao europeu, esse que tanto determina a figura-sabor da banana quanto o próprio paladar do africano que, como já mencionado, era animalizado, sempre aproximado de um teor selvagem.

Ademais, o léxico carregado de insipidez, “sem sabor” – característica reiterada em variadas investigações antropológicas e relatórios médico-nutricionais realizados nas décadas de 1950 e 1960 em Angola (RAMOS, 2021) –, construía uma imagem sensorial que garantia o vazio do gosto do Outro que, conveniente à lógica de dominação colonial, demandava ser civilizado, aproximado, por exemplo, do paladar francês. Sublinhemos que não se pretende questionar a anatomia da língua enquanto órgão, mas atentar para a esterilização das sensações gustativas dos africanos, percepções cativadas pelos temperos subjetivos

de suas culturas, substratos marinados em seu tempo mediante o salpicar das experiências sociais. A linguagem imperial, e não apenas a língua que sabe, reforça a projeção do paladar europeu de tal forma que o sentido ou degustado por ele encerra o gosto do Outro. Mais do que apenas os olhos, as línguas e as papilas gustativas do império são os agentes de revelação do sabor-terra selvagem. Essa projeção hierárquica do gosto petrifica a banana, tornando-a tão indigesta como o negro africano que, para ser consumida, uma vez que substituta e não efetiva, deveria ser submersa em água ou desidratada até secar.

Nesse sentido, único, compreende-se por que a descrição das características da *Paradisiaca* foi secularmente elaborada com o emprego das mesmas palavras e, digno de grifo, palavras carregadas com um valor negativo, ressoando como um processo semântico lexical. Seca, sem sabor e, se com sorte, no máximo com um gosto neutro como algo indefinido, sem forma. Inscrita no lado ocidental das papilas, a *Sapientum* era limpa, reconfortante, superior porque doce, suave. Ignorando-se esse doce ponto – peculiar dado que àquela altura e em simultâneo com o deslocamento atlântico das bananas ocorria a proliferação das plantações de cana de açúcar e do apelo à doçura –, de fato a *Musa Paradisiaca* apresenta maior teor de amido se em comparação com a *Musa Sapientum* e, talvez por essa razão, de forma vulgar, a *Paradisiaca* tenha sido denominada nas colônias de língua

“oficial” portuguesa como *banana-pão*, alcunha que se encontra nas fontes produzidas pelos agentes coloniais portugueses desde, pelo menos, o século XIX (HENRIQUES, 1997).

3 O que o diabo não amassou

A partir do momento-encontro colonial em que foi enraizada e racializada a hierárquica diferença essencial entre as espécies de banana, constructo de dominação da geografia imaginativa do Ocidente, não haveria dificuldade de confecção e instrumentalização das figurações em torno das bananas para o devido alinhamento com os múltiplos interesses dos diferentes colonialismos. Conquanto a produção de alcunhas tenha apresentado variações, o conteúdo das definições se manteve fiel ao juízo imperial e, indubitavelmente, foi a razão que determinou qual banana deveria – porque extensão do corpo-terra-sabor negro – ser marginalizada no horizonte de consumo enquanto a outra foi eleita para compor as boas mesas e, como consequência, foi objeto das pesquisas agrônomicas para a produção de subordinadas. Acompanhando a flutuação das categorias sociais, nos anos 1940 e em um outro encontro colonial, a imagem da banana seca, neutra e sem sabor teve sua silhueta remarcada para favorecimento de uma nova disputa por territórios e mercados, fase inicial dos rearranjos da geografia industrial diretamente envolvida com a alimentação (LIRA, 2018; RAMOS, 2021).

Àquela altura, as movimentações para largada da Revolução Verde já haviam sido orquestradas e, dentro dessa *Primavera Silenciosa* – nome sensivelmente impactante do livro de Rachel Carson –, uma das estratégias de padronização do consumo, diretamente conectada com os circuitos entre os territórios de produção, exportação e importação de alimentos, era o controle sobre o amadurecimento das frutas. Manipulação que, não sem razão, corresponde aos comandos inscritos na biblioteca colonial para garantia de um civilizado consumo das bananas e, outrossim, cintila na primeira gota de tinta que redigiu a reportagem da imprensa colonial francesa. Apesar dos séculos e das léguas de distância da convencionada taxonomia de Linnaeus, a perpetuação de um conjunto de enunciados construídos por missionários, viajantes, exploradores e, anos mais tarde, por antropólogos e botânicos a serviço da empresa colonial, é irrefutável.

A partir do final dos anos 1940, indo até, pelo menos, os anos de 1960, o que se comia – em especial, o que se produzia – nos territórios africanos recobrou atenção nas pautas internacionais, sobremaneira com o avanço das estratégias de conformação de um padrão de consumo alimentar a nível mundial, “zelo” que se anunciava na 1ª Conferência Interafricana de Alimentação e Nutrição ocorrida em 1949, na cidade de Dschang no Camarões Francês, o mesmo território-trincheira da disputa bananeira dos anos

1940. Encampada por uma cooperação técnica interafricana-anglo-franco-belga, a Conferência reuniu 23 delegados da Bélgica, Portugal, Reino Unido da Grã-Bretanha, União Sul Africana e da França. Con-tou ainda com dois observadores da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura e da Organização Mundial da Saúde (OMS), todos deveras compenetrados com a *internacionalização do desenvolvimento* (COOPER, 1960). Portugal, cujo colonialismo conduzido por um governo ditatorial apresentou maior resistência em se retirar de suas colônias (CASTELO, 2011), demandava tanto investir nas pesquisas sobre alimentação quanto, através dela, garantir sua missão civilizadora.

Criada a Comissão Provincial de Nutrição de Angola (CPNA) em 1949, órgão que garantiria a aceitação de Portugal como membro da FAO, ela produziria as evidências da gradual baixa da “incidência dos costumes indígenas” (PORTUGAL, 1950, p. 51) na alimentação local. Dentre os tantos relatórios da CPNA analisados (RAMOS, 2021), um deles é sintomático de como, apelando-se para as figurações imperiais secularmente construídas, a forma de se consumir bananas servia apenas para forjar o índice de civilização alcançado pelo colonialismo português em Angola. Antero Jacques Pena, médico-nutricionista da CPNA, afirmara em 1966 que nenhuma “tribu” em Angola utilizava a banana verde como alimento principal. Alegava Pena que somente os “ganas”, um conjunto

populacional do centro de Uganda – àquela altura ex-colônia britânica –, ingeriam cerca “de 1kg de banana” por refeição. Pena afirmava de forma categórica que, diferentemente das populações em Angola, os “ganas” cozinhavam as bananas para acompanhá-las com molhos e condimentos e, inclusive, confeccionavam uma “papa de banana” (PENA, 1966, p. 121).

Como colocado pelo historiador Fábio Baqueiro (2012, p. 55), tendo-se por base as discussões travadas pelos estudiosos Jean-Loup Amselle e Elikia M’Bokolo (1985), raça, tribo e etnia são categorias de identidade coletivas historicamente associadas ao continente africano que, ao funcionar como “quase-sinônimos”, buscaram construir de forma estática a ideia de sociedade primitiva para legitimar a dominação colonial. Dito isso, percebe-se como as figuras coloniais em torno das bananas funcionavam para alimentar disputas e interesses coloniais transmutando-se conforme as necessidades dos projetos lançados pelas potências imperiais. Financiada pelas seculares verdades instituídas pelo discurso chamado etnológico quanto pelo missionário, incluindo-se *L’Alimentation humaine* de Claude Arnaud e *Flora exótica de Angola* –, em 1960 a antropóloga Ana de Sousa Santos, atenta, como Pena, à “destribalização” da alimentação em Angola, produziu uma investigação sobre a alimentação dos *Axiluanda* – um subgrupo étnico dos *Ambundu* (CARVALHO, 1989).

Nela a autora endossa que, em contraposição à *banana-pão* largamente consumida pela população local – os *indígenas* –, as subordinadas da *Musa Sapientum*, como a anã, a prata, a damasco, a *camburi* e a roxa seriam “bananas de sobremesa” e “frutos de bom paladar” (SANTOS, 1996, p. 134-135). Com o mesmo olhar, José Mendes Ferrão, botânico que esteve a serviço das investigações coloniais portuguesas, reiterava que a *bananeira-pão* apresentava frutos que, “em condições de serem comidos”, não eram doces, no entanto, a variedade crismada como “bananeira-fruta” reuniria um conjunto enorme de cultivares de porte muito variáveis e de frutos muito diferentes em forma, cor e qualidades sápidas superiores³. De um lado, é incontornável a perpetuação de um conjunto de enunciados construídos por missionários, viajantes, exploradores e, anos mais tarde, médicos, antropólogos e botânicos a serviço da empresa colonial, tal como a sua característica inquebrantável, quer em forma quer em conteúdo, fenômeno discursivo cujo baixo grau de ductilidade dos elementos narrativos sedimenta a torre de papel da *biblioteca colonial*.

Contudo, por outros lados, nota-se também os seus reverses. Suspendendo-se o racismo das lentes-bocas de observação, o primeiro deles é que, de fato, a *Musa Paradisiaca* era a mais consumida pelos africanos es-

³ Apesar de publicada em 1993, a obra de Ferrão é uma compilação das investigações levadas a cabo por ele durante o período colonial. Nesse sentido, o autor apenas atualiza os termos, referindo-se a *Musa Balbisiana* e *Aculminata* que, segundo Ploetz et al. (2007), corresponde respectivamente a *Musa Paradisiaca* e *Musa Sapientum*.

cravizados. Dada a sua marginalização nos circuitos de exportação e importação e haja vista sua fácil e resistente proliferação, a *Musa* se assentou ainda mais como alimento marcante nas ementas de diferentes populações africanas em variadas espacialidades ao longo dos séculos. À margem dos negócios imperiais, mas fundamental para a subsistência das populações africanas como demonstrado por Heinzen (1984), as plantações de *Musa Paradisiaca* foram defendidas e preservadas pelos agricultores camaroneses de Mungo, impedindo o avanço do cultivo, quer das bananas de outra variedade, quer de outros cultivos obrigatórios. Se a banana considerada de bom paladar havia sido imposta para comercialização, pelas mãos das mulheres africanas comerciantes de Luanda do século XX, por exemplo, ela – a fruta que se vendia “nas senhoras brancas” (SANTOS, 2010, p. 37) – era garantia de fonte de renda para as famílias angolanas.

Assim sendo, embora banana-pão seja uma alteração nominal tanto ainda conectada com a classificação de Linnaeus, quanto mais neutra de carga ideológica, logo, mais conveniente de ser instrumentalizada pelo racismo velado característico do colonialismo português, é uma alteração que catapulta a ambiguidade do procedimento colonial de desvalorização e subordinação do substrato cultural negro-africano. Nesse sentido e em diálogo com a acepção do pão como aquilo que sustenta e acompanha, o segundo revés é que, tal como os africanos escravizados observados

nas Antilhas, grande parte das populações africanas até os dias de hoje, de fato, consomem a banana-pão assada ou cozida. No entanto, ela não é substituída do inhame e da mandioca, dois tubérculos igualmente marcantes em suas culinárias. Apesar de ignorado por Antero Pena, por desconhecimento ou conveniência, àquela altura e até hoje no enclave angolano de Cabinda (RIBAS, 1965), por dentro da floresta do Mayombe e alhures (CRUZ, 2012), a banana-pão verde é cozida e transformada em alimento por escolha.

A investigação sobre plantas e animais domésticos na América Equinocial levada a cabo pelo historiador e botânico colombiano Víctor Manuel Patiño (1969) demonstrara que a divisão taxonômica estruturada em duas categorias de vegetais de forma fixa implica uma concepção arbitrária, posto que insciente das diferentes preparações e consumos das bananas, não apresentando, portanto, consistência em se determinar a *Musa Paradisiaca* como hortaliça ou vegetal feculento substituído, por exemplo, do pão e a *Musa Sapientum* como fruto para sobremesa. Restringindo-se à supracitada região americana, Patiño certificou que ambas as espécies eram consumidas como alimento principal aquando de estarem verdes, funcionando apenas e ocasionalmente como frutas quando maduras. Isto é, a banana como alimento principal é uma possibilidade e fruto de uma escolha racional. Diferentemente da lente-boca imperial, os africanos detinham conhecimento sobre as propriedades da

banana, podendo, portanto, confeccioná-las em consonância tanto com a sazonalidade – e não a todo momento como gostava os interesses da geografia industrial –, quanto com ciência dos níveis de amido e doçura de cada fruto e em cada momento.

Assim sendo, a neutralidade do gosto da banana mal amadurecida, por exemplo, não traduzia falta de gosto, mas harmonia na composição de uma refeição completa que, como bem colocado por Pena, continha molhos já condimentados. Como demonstrado por Cruz, as mulheres *Balingi*, como as *Basundi* e *Baiomi*, fazem uso das bananas verdes e as confeccionam como prato principal porque a fruta compõe as relações de poder afirmadas no cotidiano e é, portanto, também através dessa prática que as mulheres locais organizam e distribuem socialmente os conhecimentos adquiridos secularmente. Além disso e endossando o pontuado por Patiño, consumir mais uma espécie e de uma determinada forma não traduz a inexistência do consumo de outra. Talvez por conveniência em se subtrair a informação, na realidade a *Fyffe* consumida pelos “indígenas” não era a *Musa Paradisiaca*, mas uma subordinada da *Sapientum*, a *Gros Michel*. Como demonstrado em todos os relatórios médicos-nutricionais e investigações antropológicas como as de Ana Sousa Santos, as populações africanas consumiam bananas. No plural.

Não se pode negar, portanto, que as figurações imperiais em torno das bananas serviram aos pro-

jetos imperiais que, especialistas em tecer intrigas, consultavam as informações já figuradas na biblioteca colonial e, em consonância com seus interesses, descascavam as bananas como as gentes das terras além-mar. Entretanto, havia sempre um rio-trincheira-mundo no qual, porque não alocado na margem Oriente inventado pelo Ocidente, algo transcorria invisível aos olhos-boca dos guerrilheiros, provocando desvios que, porque tão imaginativos quanto eivados de evidências históricas, a literatura transgressora de Luandino Vieira (2006, p. 17) soube bem representar:

[...] por suas terceiras margens, alvorada, sempre ainda crescia a que é nossa, a nossíssima: a bananeira-cambuta, anã, de pé ventricoso, as rijíssimas folhas curtas que não são bandeira de vento, não camacozam, firmes em nervura e talo vermelho. Outras, quimbundas, que eram em nome da terra a humilde sakala, pão; pangu, presente; monangamba, para tudo serve; até a kamburi, de pastor e gado. À rebeldia do mundo, à revelia de conquistadores e degredados, brancos-de-quibuzo que nunca raspam a língua, nas suas águas claras por esse riozinho acima prosperavam clandestinas.

REFERÊNCIAS

AMSELLE, Jean-Loup; M'BOKOLO, Elikia (org). *Au coeur de l'ethnie: ethnies, tribalisme et Etat em Afrique*. Paris: La Découverte, 1985.

- BAQUEIRO, Fábio. *Entre raças, tribos e nações: os intelectuais do Centro de Estudos Angolanos, 1960-1980*. 2012. Tese. (Doutorado em Estudos Étnicos e Africanos) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2012.
- BAXTER, Alan; LUCCHESI, Dante. *O português afro-brasileiro*. Salvador: EDUFBA, 2009.
- BENDER, Gerad J. *Angola: mito y realidad de su colonización*. Ciudad de México: Siglo XIX, 1980.
- BOSSLET, Juliana. *A cidade e a guerra*. Relações de poder e subversão em São Paulo de Assunção de Luanda (1961-1975). 2014. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2014.
- CANDIDO, Mariana; RODRIGUES, Eugênia. Cores, classificações e categorias sociais: os africanos nos impérios ibéricos, séculos XVI a XIX. *Estudos Ibero Americanos*, Porto Alegre, v. 44, n. 3, p. 401-408, set./dez. 2018.
- CARVALHO, Ruy Duarte de. *Ana a Manda, os filhos da rede*. Luanda: ICT, 1989.
- CASTELO, Cláudia. Investigação científica e política colonial portuguesa: evolução e articulações, 1936-1974. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 19, n. 2, p. 391-408, abr./jun. 2012.
- CASTELO, Cláudia. Uma incursão no lusotropicalismo de Gilberto Freyre. *Blogue de História Lusófona*, Lisboa, ano VI, p. 262-282, set. 2011.
- CHAPMAN, Peter. *Bananas*. How the United Fruit Company shaped the world. Edinburgh: Camongole Books Ltd, 2007.
- CHAVES, Rita. A literatura colonial e o confisco do imaginário. *Portuguese Cultural Studies*, [s. l.], v. 7, n. 2, p. 18-26, 2021.
- CHAVES, Rita. O passado presente na literatura africana. *Via Atlântica*, São Paulo, n. 7, p. 147-161, out. 2004.
- CLEGG, Peter. *The Caribbean Banana Trade*. London: Palgrave Macmillan, 2002.
- CLERC, Pascal. La “géographie coloniale” en France. Une catégorie à deconstruire. Terra Brasilis. *Revista da Rede*

Brasileira de História da Geografia e Geografica Histórica, [s. l.], n. 8, p. 1-16, 2017.

COLBY, Jason. *United Fruit, Race and US expansion in Central America*. Ithaca: Cornell University Press, 2011.

COOPER, Frederick; PACKARD, Randall (org.). *International development and the Social Sciences*. Berkeley: University of California Press, 1960.

COOPER, Frederick; STOLER, Ann (ed.). *Tension of Empire*. Colonial culture in a bourgeois world. Berkeley: University of California Press, 1997.

CRUZ, Teresa Almeida. *Um estudo comparado das relações ambientais de mulheres da Floresta do Vale Guapoé (Brasil) e do Mayombe (Angola), 1980-2010*. 2012. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, Santa Catarina, 2012.

CURTO, Diogo Ramada; CRUZ, Bernardo Pinto da. Destribalização, regedorias e desenvolvimento comunitário: notas acerca do pensamento colonial português (1910-1965). *Práticas da História*, [s. l.], v. 1, n. 1, p. 113-172, 2015.

DAVIES, Peter N. *Fyffes and the Banana: Musa Sapientum: A centenary history, 1888-1988*. Liverpool: Unkno, 1990.

FALOLA, Toyin. *Economic reforms and modernization in Nigeria, 1945-1975*. Ohio: The Kent University Press, 2004.

FANON, Frantz. *Pour la révolution africaine*. Paris: François Maspero, 1964.

FERRÃO, José Mendes. *A aventura das plantas e os descobrimentos portugueses*. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical, 1993.

FRY, Peter. Culturas da diferença: sequelas das políticas coloniais portuguesas e britânicas na África Austral. *Afro-Ásia*, Salvador, n. 29/30, p. 271-316, 2003.

HEINZEN, Barbara J. *The United Brands Company in Cameroon. A study of the tension between local and international imperatives*. 1984. Thesis (PhD in Geography) – School of Oriental and African Studies, University of London, 1984.

HENRIQUES, Isabel Castro. *Percursos da modernidade em Angola: dinâmicas comerciais e transformações sociais no século XIX*. Lisboa: IICT, 1997.

KING, Anthony D. *Urbanism, Colonialism, and the World-Economy*. Cultural and Spatial Foundations of the World Urban System. London: Routledge, 1990.

LIMA, Ivana Stolze. O conceito de língua geral de Mina: apontamentos para a compreensão de seu significado histórico. *Revista do GEL*, v. 18, n. 3, p. 143-168, 2021.

LIRA, Augusto. Aforismo da autonomia: a trajetória de John BoydOrr na América e as campanhas de criação do Food and Agriculture Organization of the United Nations (FAO). *Faces de Clio*, Juiz de Fora, v. 4, n. 7, p. 18-41, jan./jun. 2018.

MBEMBE, Achille. *Crítica da Razão Negra*. Lisboa: Ed. Antígona, 2017.

MINTZ, Sidney. *O poder amargo do açúcar: produtores escravizados, consumidores proletarizados*. Recife: UFPE, 2003. p. 100.

MOXHAM, Ben. Taming the “Banana Republic”: The United States in East Timor. *Lusotopie*, n. 11, p. 483-490, 2004.

MUDIMBE, Yves. *A invenção da África: gnose, filosofia e a ordem do conhecimento*. Lisboa: Mangualde, 2013.

PATIÑO, Victor Manuel. *Plantas cultivadas y animales domésticos en América equinoccial*. Cali: Imp. Departamental, 1969.

PAZ-SÁNCHEZ, Manuel de. “Plantain of Guinea”: The Atlantic Adventure of Banana. *Global Journal of Science Frontier Research: Biological Science*, v. 14, n. 2, p. 55-71, 2014.

PENA, Jacques. Hábitos alimentares africanos. *Boletim de Investigação de Angola*, Luanda, n. 24-25, p. 117-124, 18 ago. 1966.

PLOETZ, Randy C.; KEPLER, Angela K.; DANIELLS, Jeff; NELSON, Scot C. “Banana and plantain — an overview with emphasis on Pacific island cultivars”. In *Species Profiles for Pacific Island Agroforestry*. Permanent Agriculture Resources. Hawaii: Elevitch, 2007.

PORTUGAL. Agência Geral das Colónias. Memórias d'África e do Oriente. Relatório final da Conferência. *Boletim Geral das Colónias*, Lisboa, v. XXVI, n.º 302-303, 1950, p. 51, 1950.

RAMOS, Karina. *Kuzumbuca: painéis sem tampas: territorialidades, experiências sociais e trocas culturais do consumo alimentar em Luanda (1949-1973)*. 2012. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021.

RAYNOLDS, Laura; MURRAY, Douglas. Yes, we have no bananas: re-regulating global and regional trade. *International Journal of Sociology of Agriculture and Food. Revista Internacional de Sociologia sobre Agricultura y Alimentos*, Paris, v. 7/98, p. 7-44, 2021.

RIBAS, Óscar. *Alimentação Regional Angola*. 6. ed. Lisboa: Ramos, Afonso & Moita, 1989.

RICOUER, Paul. *Tempo e narrativa*. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

SAID, Edward. *Orientalismo: Oriente como invenção do Ocidente*. São Paulo: Cia. das Letras, 2001.

SAKALA, Igor Roger Matonda. *Histoire de la cuisine urbaine congolaise: cas de la ville de Kinshasa (1920-1990)*. Kinshasa: Université de Kinshasa, 2008.

SAMASUWO, Nhamo. Food production and war supplies: Rhodesia's beef industry during the Second World War, 1939-1945. *Journal of Southern African Studies*, v. 29, n. 2, p. 487-502, June 2003.

SANTOS, Ana de Sousa. *A alimentação do muxilunda. "Cooperação Portuguesa"*. Luanda: Embaixada de Portugal em Luanda, 1996.

SANTOS, Orlando. *Do pregão da avó Ximinha ao grito da zungueira. Trajetórias femininas no comércio de rua em Luanda*. 2010. Dissertação (Mestrado em Estudos Étnicos e Africanos) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2010.

TEMBO, Alfred. *Coerced African Labour for Food Production in Northern Rhodesia (Zambia) during the Second*

World War, 1942–1945. *South African Historical Journal*,
v. 1, n. 68, p. 50-69, 2016.
VIEIRA, José Luadino. *O livro dos rios*. Lisboa: Caminho,
2006.